



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA
DIVISÃO DE EXECUÇÃO E CENTRAL DE MANDADOS DE JUNDIAÍ

Entre os dias 26 e 30 de novembro de 2018, a Excelentíssima Senhora Desembargadora do Trabalho, **SUSANA GRACIELA SANTISO**, Vice-Corregedora Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 17/2018, divulgado em 4/9/2018 no DEJT (Edição 2554/2018 – Caderno do TRT da 15ª Região – páginas 500 e 501). Presentes o Juiz Responsável **MÉRCIO HIDEYOSHI SATO**. Com base nas informações prestadas pelo Chefe de Divisão e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, também com relação às atividades desenvolvidas ainda na estrutura da Coordenadoria Integrada de Atividades Administrativas, Judiciais e Central de Mandados – CIA, o seguinte:

1 – ESTRUTURA FUNCIONAL:

(fonte: Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ DIRETOR DO FÓRUM
Andréa Guelfi Cunha

JUIZ RESPONSÁVEL
Mércio Hideyoshi Sato

2 – QUADRO DE SERVIDORES:

(fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância)

a) Lotação – Central de Mandados:

NOME	CARGO	FUNÇÃO	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
Cíntia Adriane Fernandes Becatti	OJAF		5/6/2018
Cleide Fonseca de Moura	OJAF		5/6/2018
Edimara Bianchin	OJAF		5/6/2018



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Edmilson Aparecido Gatti	OJAF		5/6/2018
Eydie Cristina de Souza	OJAF		5/6/2018
Juceli Aparecida Alves de Oliveira	OJAF		5/6/2018
Lincoln Dias dos Santos	OJAF		5/6/2018
Rodrigo Fontenelle Bezerril Coutinho	OJAF		5/6/2018
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			8
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			0
<i>Previsão na Portaria GP nº 20/2018</i>			8

OJAF – Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador Federal

b) Lotação – Divisão de Execução:

NOME	CARGO	FUNÇÃO	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
José Alberto Prado de Godoy	AJA	-	5/6/2018
Luciano Marcelo Christ	TJA	CJ-01 Chefe de Divisão	5/6/2018
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			2
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			0
<i>Previsão na Portaria GP nº 20/2018</i>			3

AJA – Analista Judiciário, Área Administrativa

TJA – Técnico Judiciário, Área Judiciária

3 – AUSÊNCIAS, EXCETO FÉRIAS – 1º/7/2017 a 21/11/2018:

(fonte: Serviço de Registros Funcionais e Frequência)

a) Lotação atual – Central de Mandados:

MOTIVO	DIAS
Licença para tratamento da própria saúde	334
Participação em curso ministrado pelo TRT	24
Viagem a serviço	10
Total:	368

b) Lotação atual – Divisão de Execução:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



MOTIVO	DIAS
Licença para tratamento da própria saúde	3
Participação em curso ministrado pelo TRT	5
Viagem a serviço	1
Total:	9

4 – ESTAGIÁRIOS:

(fonte: Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

Não há.

5 – AÇÕES DE CAPACITAÇÃO – 1º/4/2017 a 19/11/2018 (metas 15 do CNJ e 30, 31 e 32 do TRT-15):

(fonte: Seção de Capacitação de Servidores)

a) Lotação atual – Central de Mandados:

SERVIDORES	HORAS
Cíntia Adriane Fernandes Becatti	87
Cleide Fonseca de Moura	7
Edimara Bianchin	7
Edmilson Aparecido Gatti	7
Eydie Cristina de Souza	117,5
Juceli Aparecida Alves De Oliveira	7
Lincoln Dias Dos Santos	367
Rodrigo Fontenelle Bezerril Coutinho	130
Total:	729,5

b) Lotação atual – Divisão de Execução:

SERVIDORES	HORAS
José Alberto Prado de Godoy	14
Luciano Marcelo Christ	38,5
Total:	52,5



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



6 – MOVIMENTAÇÃO DE PETIÇÕES E EXPEDIENTES RECEBIDOS:

(fonte: SAP 1G)

DESTINATÁRIO	2016	2017
1ª VARA	5.522	3.170
2ª VARA	9.329	7.238
3ª VARA	11.605	7.697
4ª VARA	7.357	4.159
COORDENADORIA DE DISTRIBUIÇÃO	46	51
PROTOCOLO INTEGRADO	0	0
POSTO AVANÇADO DE VINHEDO	13	1
TOTAIS	33.872	22.316

7 – MOVIMENTAÇÃO DA CENTRAL DE MANDADOS:

(fonte: Divisão de Execução)

7.1 Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G):

Não há.

7.2 Diligências pendentes de cumprimento (com prazo vencido) (SAP1G):

OFICIAL DE JUSTIÇA	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Rodrigo Fontenelle Bezerril Coutinho	1	24/10/2018
Cleide Fonseca de Moura	0	
Cíntia Adriane Fernandes Becatti	0	
Edimara Bianchin	0	
Edmilson Aparecido Gatti	0	
Eydie Cristina de Souza	0	
Juceli Aparecida Alves De Oliveira	0	
Lincoln Dias Dos Santos	0	
TOTAL	1	

7.3 Diligências pendentes de cumprimento (com prazo vencido - PJe):

OFICIAL DE JUSTIÇA	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
--------------------	------------	------------------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Eydie Cristina de Souza	2	19/11/2018
Rodrigo Fontenelle Bezerril Coutinho	26	13/8/2018
Edimara Bianchin	1	22/10/2018
Edmilson Aparecido Gatti	2	5/11/2018
Cíntia Adriane Fernandes Becatti	0	-
Cleide Fonseca de Moura	0	-
Juceli Aparecida Alves De Oliveira	0	-
Lincoln Dias Dos Santos	0	-
TOTAL	31	

8 – INVESTIGAÇÃO PATRIMONIAL – GRANDES DEVEDORES

a) Relação de Investigação Patrimonial em andamento (de outros anos e as iniciadas neste ano):

NÚMERO DO PROCESSO	QUANTIDADE DE EXEQUENTES	VALOR DA EXECUÇÃO
0164700-16.2008.5.15.0002	7	R\$190.389,55
0085700-92.2006.5.15.0097	14	R\$366.754,34
0012357-08.2016.5.15.0002	10	R\$774.365,67
0148400-39.2008.5.15.0096	4	R\$221.522,98
0011364-44.2016.5.15.0105	6	R\$87.404,99
0025300-18.2006.5.15.0096	6	R\$1.053.065,94
TOTAL	47	R\$2.693.503,47

b) Investigações Patrimoniais FINALIZADAS no ano com resultado INTEGRALMENTE POSITIVO:

Não há.

c) Investigações Patrimoniais FINALIZADAS no ano com resultado PARCIALMENTE POSITIVO:

Não há.

d) Investigações Patrimoniais FINALIZADAS no ano com resultado FRUSTRADO:

Não há.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



e) Valores arrecadados decorrentes de execuções RESOLVIDAS pela investigação Patrimonial:

Não há.

9 – MOVIMENTAÇÃO DA SEÇÃO DE HASTA PÚBLICA (SHP)

(fonte: Coordenadoria de Gestão Compartilhada de Processos Judiciais e Administração Interna)

a) Hastas Públicas realizadas:

IDENTIFICAÇÃO DA HASTA	QUANTIDADE DE PROCESSOS INCLUÍDOS EM HASTA	QUANTIDADE DE BENS INCLUÍDOS EM HASTA	VALOR TOTAL DOS BENS INCLUÍDOS	% QUANT. BENS ARREMA-TADOS	% VALOR BENS ARREMA-TADOS
01/2018	19	49	R\$ 11.628.554,45	6,12	2,18
TOTAL	19	49	R\$ 11.628.554,45	6,12	2,18

b) Varas da Circunscrição que não incluíram processos em Hasta Pública

Conforme informado, a estrutura atual da Unidade foi implementada em agosto/2018 e até o momento realizou apenas uma hasta pública.

10 – CONSTATAÇÕES:

Foi realizada reunião com os servidores da Divisão de Execução e com os Oficiais de Justiça, principalmente com relação às atividades já desempenhadas e aos normativos que disciplinam as novas estruturas organizacionais: Provimento GP-CR n° 04/2018 (regulamenta a atuação das Divisões de Execução no âmbito de Fóruns Trabalhistas deste Regional) e Provimento GP-CR n° 05/2018 (regulamenta o fluxo de processos de trabalho dos oficiais de justiça na execução).

Nessa oportunidade, informou o Chefe da Divisão que entre agosto e novembro/2018 foram abertas duas investigações patrimoniais por mês, sendo suspensas em dezembro, em virtude de suas férias. Relatou que em face da complexidade das informações advindas das ferramentas eletrônicas de pesquisa



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



avançada e a falta de um servidor no quadro, não está sendo possível a abertura de número mais significativo de investigações.

Quanto à parametrização local, informou o Chefe da Divisão a realização constante de reuniões, sendo que desde a designação do Exmo. Juiz Responsável, Dr. Mércio Hideyoshi Sato, já foram feitas duas atualizações nos parâmetros locais. Salienta-se a necessidade de serem as atualizações enviadas para a Corregedoria

Ressaltou a Exma. Desembargadora Vice-Corregedora a necessidade do diálogo entre os Oficiais de Justiça e os gestores e servidores dos Grupos Internos de Execução de cada uma das Varas do Fórum, para melhor integração, padronização e otimização dos trabalhos, tanto dos Oficiais como das Secretarias.

Esclareceu o Exmo. Juiz Responsável que são feitas reuniões com os Oficiais de Justiça a cada 45 dias, participando inclusive os servidores das Unidades do Fórum, sendo levantadas dificuldades e colhidas sugestões para otimização dos trabalhos.

Informaram que os Oficiais de Justiça atuam de forma incisiva no trabalho de incentivo à conciliação, divulgando o trabalho do CEJUSC.

No que diz respeito às notificações por e-mail, ressaltou-se os benefícios desse tipo de notificação. Informaram, os Oficiais de Justiça, que assim que houve orientação, obtiveram diversos consentimentos de empresas, o que não foi implementado pelas Unidades do Fórum, inibindo a conquista de novas adesões. A questão será abordada quando dos trabalhos correicionais nas Unidades. No entanto, imprescindível a continuidade do contato com as empresas pelos Oficiais.

11 – ORIENTAÇÕES:

11.1 – Verificar a viabilidade de atendimento ao Item IV da Ordem de Serviço nº 04/2016, segundo o qual: “IV – Recomenda-se aos Juízes responsáveis, no momento da hasta e na apreciação de lances oferecidos, a consulta a tabelas atualizadas de conhecimento público (ex. FIPE no caso de veículos), ou a outros instrumentos de mercado disponíveis, além da avaliação realizada pelo oficial de justiça. Independente disto, sempre que necessário, a critério dos Juízes da execução, deve ser determinada a reavaliação dos bens, mesmo que incluídos em hasta pública. Neste caso, o bem deverá



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



ser excluído do leilão”.

12 – DETERMINAÇÕES:

12.1 – observar os seguintes normativos: Provimento GP-CR n° 06/2014 (regulamenta os critérios para operacionalização do Sistema de Investigações Bancárias – Simba); Comunicado CR n° 08/2017 (disciplina os procedimentos a serem observados para cadastramento de Desembargadores, Juízes de 1º Grau e Servidores do Tribunal no sistema Sinesp – Infoseg); Comunicado CR n° 11/2017 (estabelece os procedimentos a serem adotados na consulta, orientação ou sugestão direcionadas a Corregedoria Regional); Ato GP-VPJ-CR n.º 01/2015 (funcionamento dos Centros Integrados de Conciliação, disciplina a correlação entre os Núcleos de Gestão de Processos e de Execução e os Centros Integrados de Conciliação de 1º grau e dá outras providências);

12.2 – no prazo de 20 (vinte) dias, o Chefe da Divisão de Execuções e o Juiz Responsável deverão elaborar e encaminhar para a Corregedoria (correicao@trt15.jus.br) Plano de Ação para regularização das diligências pendentes, observando as orientações repassadas nesta correição.

12.3 – atentar-se que, caso o Oficial de Justiça Avaliador utilize-se de informações colhidas na investigação anterior, do mesmo ou de outro oficial, e disponíveis no sistema informatizado, no cumprimento do inciso XIV, art. 1º do Provimento GP-CR n° 05/2015, se faz necessária a inclusão dos dados do novo processo no sistema com nova indicação de execução frustrada, por meio de nova certidão, a fim de contabilizar as informações do Regional.

13 – ATENDIMENTOS:

13.1 – Não houve comparecimento para atendimento por partes, advogados e terceiros pela Exma. Desembargadora Vice-Corregedora.

13.2 – A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora visitou o Posto Avançado de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Vinhedo no dia 30/11/2018.

Durante a visita, estavam presentes a Exma. Juíza Substituta, Dra. Michele Amaral, o Exmo. Juiz Coordenar do CEJUSC e Divisão de Execuções de Jundiaí, Dr. Mércio Hideyoshi Sato e a Coordenadora do Posto Avançado, a Servidora Inez Fátima de Lima Martins.

Na oportunidade, a Exma. Desembargadora Vice-Corregedora salientou a necessidade de se dedicarem para diminuição do prazo médio de conhecimento da Unidade e maior número de processos solucionados, devendo o Juízo adotar medidas como o incentivo à mediação, como a prática da mediação/Ini, principalmente nos processos de rito sumaríssimo e para os processos que dependem da realização de perícia, incluindo esses processos em pauta antes e depois da entrega do laudo pericial. Ressalte-se que nesse último caso, a audiência de mediação deverá ser marcada, sem prejuízo das audiências de instrução já designada no processo. Conciliadas as partes, a vaga na pauta de instruções será destinada a outro feito.

A Exma. Juíza Substitua, manifestou vontade de incluir na pauta de audiências, cinco audiências por dia, destinadas a inclusão de processos que dependem da produção de prova pericial, sem prejuízo da pauta de Unas e Instrução fixada pela Corregedoria. Argumentou que a designação por despacho, como vem ocorrendo inibe o saneamento dos feitos e a possível conciliação antecipada, podendo além disso, designar audiências de mediação/Ini ou mediação pós-laudo na forma sugerida, o que foi autorizado pela Exma. Desembargadora Vice-Corregedora.

Além disso, o Exmo. Juiz Coordenar de CEJUSC se dispôs a aumentar o número de pautas no Posto Avançado de Vinhedo, conforme agenda, para o mesmo fim.

Para concretização desse projeto foi sugerida a alteração da sala da OAB, pela proximidade da sala de audiências, proporcionando melhor acompanhamento pela Magistrada, quando necessário. A sala da OAB seria instalada em sala do andar superior do prédio, também destinado às audiências de CEJUSC, tendo sido convidado a comparecer à reunião o representante da OAB Local, que se fez presente pelo Ilmo. Advogado, Dr. Denilson Ifanger, OAB 235.786, que levou a proposta para apreciação.

Havendo entendimento, a Coordenadora encaminhará ofício assinado pela Exma. Juíza Substituta, Dra. Michele Amaral, solicitando as providências cabíveis para a instalação e fornecimento do mobiliário e equipamentos.



14 – OBSERVAÇÕES GERAIS

14.1 – Foi informado pelo Chefe de Divisão que o edital de Correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

14.2 – Foi constatado, ainda no período que antecedeu à Correição no Fórum Trabalhista de Jundiaí, a impossibilidade de contato telefônico pelo público externo e pelo Tribunal após as 18h00, causando transtornos. Isso porque a operadora do PABX tem horário de trabalho das 12h00 às 18h00, mesmo horário de atendimento telefônico externo.

Tratando-se de Fórum com quatro Varas do Trabalho mais CEJUSC e Divisão de Execução, com audiências realizadas inclusive no horário da manhã, e havendo Servidores na Unidade, pelo menos até as 19h00, não é plausível que o atendimento por telefone se limite apenas a seis horas, na parte da tarde, como vem ocorrendo, cabendo aos Exmos. Juízes responsáveis por cada uma das Unidades do Fórum Trabalhista de Jundiaí solicitarem à Presidência as medidas cabíveis para designação de duas telefonistas, a fim de que atendam todo o horário em que há pessoas no Fórum, a liberação de linha direta para cada uma das Unidades ou outra providência que entender adequada.

14.3 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do Chefe de Divisão, pontualmente, sobre todas as determinações, recomendações, orientações e sugestões, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se, ainda, que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 4329/2016.

15 - OFÍCIOS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Tendo em vista a necessidade de a ampliação do espaço hoje destinado ao CEJUSC e a Divisão de Execuções, considerando-se ainda a necessidade de local reservado para as operações relativas à pesquisa avançada pela Divisão de Execução, bem assim o espaço livre anteriormente utilizado para perícias médicas e a não objeção da Exma. Juíza Diretora do Fórum quanto à utilização desse local, o Exmo. Juiz Coordenador do CEJUSC e Divisão de Execução entregará ofício com croqui a ser encaminhado à Presidência do Tribunal para as providências cabíveis.

16 – ENCERRAMENTO

No dia 30 de novembro de 2018, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Norton Luiz Bechtluft, Coordenador de Apoio à Vice-Corregedora Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional, Susana Graciela Santiso, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.